

AMB NewsLetter

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos, Dispensa de Registo N.º03/GABINFO-DEC/2015; Editor: Secretaria Geral AMB. Ed. N.º05, Outubro - Dezembro 2015
ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz

AMB lança Pesquisa Bancária 2014

KPMG

cutting through complexity

FINANCIAL SERVICES

**Pesquisa sobre o
Sector Bancário**

Banking Survey

Outubro 2015

kpmg.co.mz

KPMG IN MOZAMBIQUE



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA: Dr Oldemiro Belchior (Assessor Económico da AMB)
Depreciação do Metica, perspectiva 2016 e taxas de juros

Pág. 5

**Em 2016
BMPREOCUPADO COMA INFLAÇÃO**

Pág. 9

**Segundo o Banco Mundial:
Moçambique com níveis baixos de Protecção do Consumidor e
Literacia Financeira**

Pág. 12

EDITORIAL



José Mussane - Secretário Geral da AMB

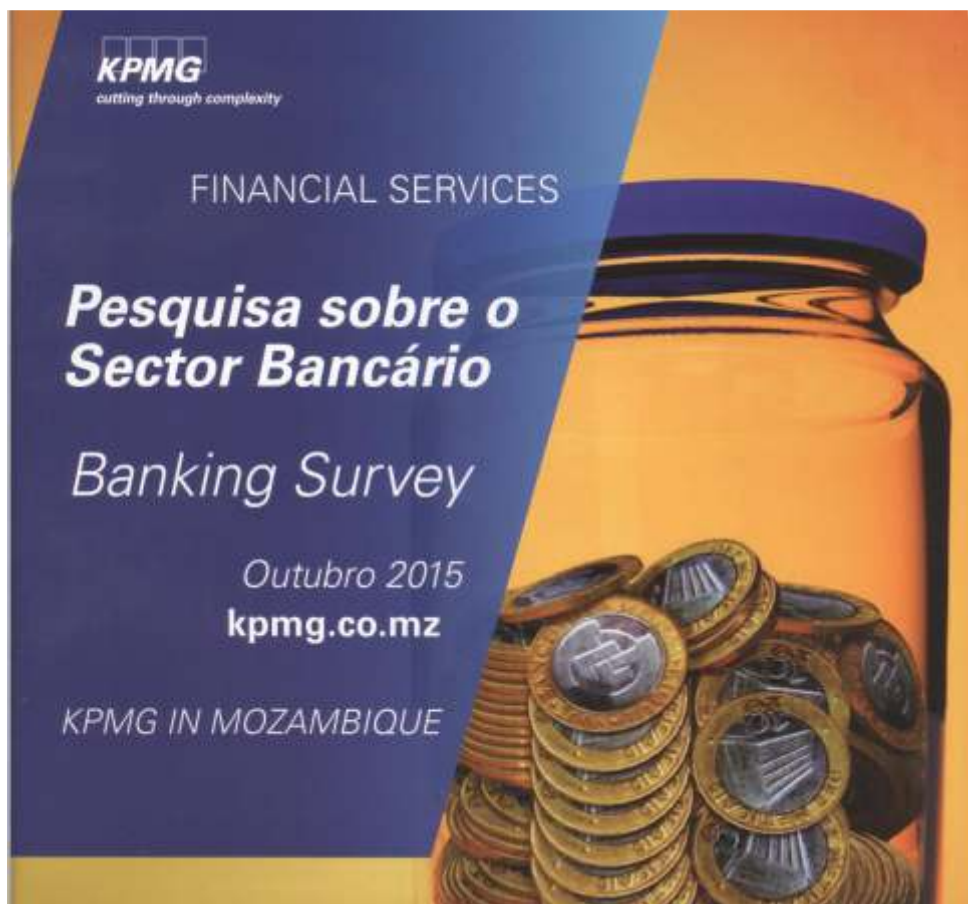
O ano de 2015 foi caracterizado por uma conjuntura adversa, destacando-se o agravamento do nível de inflação anual, desvalorização do Metical, redução da ajuda externa, desaceleração no investimento directo estrangeiro e abrandamento da actividade económica. Não obstante ao cenário menos favorável ao desempenho da economia nacional observado em 2015, considerado um ano atípico, a AMB enaltece as acções desenvolvidas pelos seus associados no processo no processo contínuo da bancarização da economia, promoção da educação do consumidor financeiro, expansão dos pontos de acesso aos serviços e produtos financeiros, contribuindo, deste modo, para a inclusão

financeira considerada como um dos pilares da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro.

A AMB reconhece e saúda a capacidade demonstrada pelos bancos associados na adaptação às medidas recentes de ajustamento monetário tomadas pelo Banco Central (revisão em alta das taxas de juro de referência e coeficiente de reservas obrigatórias), com vista a assegurar a estabilidade macroeconómica do país, tendo em conta os desenvolvimentos recentes da economia doméstica e internacional, bem como os riscos prevaletentes e, as projecções de inflação para 2016, que apontam para o nível superior a média dos últimos três anos.

Na presente edição, apresentamos os destaques informativos que marcarão o encerramento do ano 2015, quer do ponto de vista económico, financeiro e regulamentar da actividade bancária nacional, assim como a análise económica e perspectivas para 2016.

AMB lança Pesquisa Bancária 2014



A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) em parceria com a KPMG lançou, em Dezembro de 2015, a Pesquisa sobre o Sector Bancário, uma plataforma de comunicação, para partilha de dados e informação sobre o comportamento dos indicadores económicos e financeiros da banca que se destina, em especial, aos agentes económicos que operam no País, bem como a outros interessados tendo como objectivo promover a transparência na actuação do sector financeiro moçambicano.

De acordo com o Presidente da AMB, Teotónio Comiche, tal como as anteriores edições, o presente estudo centra-se na análise agregada do sector bancário com enfoque nos activos agregados, estrutura do balanço, depósitos, crédito, rentabilidade e eficiência. Apresenta o overview do sector bancário em termos de ranking, dimensão e rentabilidade, indicadores de solidez e qualidade de crédito, indicadores operacionais e cres-

cimento.

Apesar da conjuntura internacional adversa, a economia moçambicana continua a dar provas de resiliência. As pesquisas e descobertas de recursos naturais têm atraído investimento directo estrangeiro, destacando-se os projectos de exploração do carvão mineral, de hidrocarbonetos e de areias pesadas.

O estudo indica que em 2014 o número de instituições financeiras em funcionamento no país manteve-se nos anteriores 18 bancos, registou-se a abertura de 52 balcões, elevando para 572 agências bancárias a operar, em todo o território nacional.

No ano de 2014 foi registada uma baixa e estável taxa de inflação. Contudo, assistiu-se, no último trimestre do ano, uma depreciação cambial do Metical, moeda nacional, em relação às divisas mais fortes; situação que se tem deteriorado, com registo de desvalorização acima de 30%, em relação a Dezembro último, nos fins do

terceiro trimestre de 2015.

A nível regulamentar, no ano 2014, iniciou-se a transição do regime supervisão prudencial, com a implementação da nova regulamentação nos moldes de Basileia II, o que impõe ao sector bancário novos desafios em termos de adequação de capital, *governance*, capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de plataformas tecnológicas, introdução de um sistema de avaliação, quantificação e controle de riscos.

Para o Presidente da AMB, esta Associação regista com apreço a colaboração recebida dos seus Associados, na disponibilização de dados e informação para a elaboração do presente estudo. Um reconhecimento ao Banco de Moçambique, pelo acesso concedido à sua biblioteca e publicações, e especial agradecimento à KPMG que orientou e produziu esta edição da pesquisa do sector bancário.

Encontre a pesquisa em www.amb.co.mz / Estudos e Publicações ou nos Escritórios da AMB, Rua da Imprensa, Nr. 256, Prédio 33 Andares, 4º Andar, Porta 415, Tel: (+258) 21 310818, Maputo - Moçambique

AMB ANALISA OS NORMATIVOS REGULAMENTARES DO BM

No passado mês de Dezembro 2015, realizou-se na sede da AMB, a reunião com os representantes dos bancos associados com o objectivo de discutir e analisar os impactos dos normativos regulamentares publicados pelo Banco de Moçambique, tendo em conta que se enquadram nas preocupações existentes face a depreciação do metical em relação as principais moedas estrangeiras, e as medidas que visam conter a sua evolução, nomeadamente:

- A Circular nº 01/DLC/2015 de 18 de Novembro – sobre conversação e transferência de receitas de exportação e de capitais importados;
- O Aviso nº 11/GBM/2015, de 07 de Dezembro – sobre pagamentos ao exterior com recurso ao cartão bancário

Tomando em consideração o papel que os bancos comerciais têm no contexto da estabilidade económica e cambial de Moçambique, assim como, a responsabilidade que têm na materialização destas medidas, a reunião permitiu efectuar uma reflexão sobre estas matérias.

No concernente ao Aviso nº 11/GBM/2015, de 07 de Dezembro foram referidos dois temas relevantes no tocante ao uso de cartões de débito e crédito: as restrições de limites por titular de cartão, o que se afigura de difícil aplicação pelos bancos, propondo-se que os limites sejam por cartão; o segundo tema é relativo a volumetria da restrição fixada em MT 700.000, montante considerado bastante reduzido.

Foi manifestada a surpresa em relação ao limite estabelecido, dado o impacto negativo que vai ter no negócio internacional, mesmo reconhecendo que a fatia do mesmo não é significativa. A implementação do controle de limite agregado por titular de cartão foi considerada de complexa, particularmente quando envolva mais do que uma entidade, o que levanta preocupações com a possível quebra de sigilo bancário. A questão dos limites excepcionais e o requisito da obtenção de declaração de compromisso dos clientes vai exigir uma série de desenvolvimentos nos sistemas informáticos e tempo, o que suscita dúvida quanto a viabilidade de implementação a partir de 01 de Janeiro de 2016.

Com a gestão dos limites de cartões de crédito que o Aviso estabelece, deixa de haver diferenciação por tipologia de cartão e também nos



procedimentos de segurança, impondose que se esclareça o limite fora do país, limite de crédito e limite diário.

Um dos efeitos esperado deste Aviso é o incremento duma falsa “bancaização” com abertura de contas fictícias para contornar os limites impostos. Por outro lado, a declaração de compromisso pretende exigir que os clientes conheçam o Aviso, o que pressupõe que os bancos promovam a divulgação. Entende-se que o Aviso não coloca o ónus directo de controle do sistema nos bancos, cabendo a estes individualmente assegurar o limite do titular. O controle do sistema será garantido pelo Banco de Moçambique.

O Banco de Moçambique ao introduzir esta medida de restrição no limite de cartão bancário internacional pretende garantir a observância de procedimentos para evitar o risco financeiro no uso de cartões no exterior e permitir uma melhor

gestão do fundo cambial do país.

Foi acordado constituir um Grupo de Trabalho técnico para aprofundar o levantamento das questões, com envolvimento da Interbancos, devendo este grupo de trabalho incluir os *Compliances Officer* e os técnicos das áreas de canais electrónicos dos bancos associados.

Análize Económica e Financeira

ENTREVISTA

Balanço Económico 2015 e Perspectivas 2016

A Conjuntura económica 2015 e perspectivas para 2016

O ano de 2015 é caracterizado por uma conjuntura económica e financeira adversa, destacando-se o agravamento do nível de inflação anual, depreciação do Metical face ao dólar e outras moedas estrangeiras, aumento do serviço da dívida pública externa, redução da ajuda externa no apoio ao orçamento do Estado, abrandamento do investimento directo estrangeiro, desaceleração da actividade económica. Não obstante o cenário menos favorável de desempenho económico observado em 2015, considerado um ano atípico, a economia moçambicana continua a registar níveis de crescimento superiores à média da África Subsahariana. Moçambique enfrenta desafios estruturantes que limitam que a economia cresça ao ritmo registado nos últimos anos. Estas limitações resultam da combinação de factores domésticos e externos, nomeadamente a forte depreciação do metical face ao dólar e outras moedas estrangeiras, a incerteza sobre a situação política do país, a desaceleração do investimento directo estrangeiro, que, nos últimos anos, serviu de alavanca para o crescimento da economia e estabilidade cambial. A queda dos preços das *commodities* nos mercados internacionais (principalmente do gás, carvão, areias pesadas e alumínio), afectou substancialmente as receitas de exportação arrecadadas pelo país, e por consequência cambial resultou na diminuição de disponibilidade de divisas no mercado.

Face a actual conjuntura económica, o governo moçambicano solicitou um empréstimo ao FMI (fundo monetário internacional), no montante de US\$ 286 milhões, com o objectivo de manter a estabilidade macroeconó-



Dr. Oldemiro Belchior
Economista

mica prevendo-se que esta perda de crédito contribua para o alívio das pressões externas sobre a balança de pagamentos bem como prestar apoio nas acções de redução dos níveis de pobreza e aumento da inclusão. As preocupações relacionadas com a sustentabilidade da dívida levaram as principais agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's, Fitch) a rever em baixa as perspectivas para Moçambique, efectuando o *downgrade* na notação de risco, com o

Outlook negativo, tendo em conta os indicadores sobre a dívida, a fraca performance fiscal, reflectindo elevados défices orçamentais, impulsionados pela volatilidade da receita pública e impacto na despesa, e pela depreciação do metical face ao dólar (encarecendo as importações com impacto na inflação, aumento do serviço da dívida externa).

Para o presente ano 2016, o governo

projecta o crescimento real do PIB em torno de 7%, inflação anual de 5,6% de acordo com o Plano Económico e Social. A expansão da actividade económica deverá ser impulsionada pelo aumento da produtividade no sector agrícola, aumento da produção do carvão, efeitos positivos decorrentes da base logística de Pemba. **Estes objectivos macroeconómicos estão literalmente comprometidos atendendo aos choques exógenos que a economia nacional enfrenta. As previsões da AMB apontam para um crescimento da actividade económica em 2016 em torno de 6% (abaixo das projecções do governo e do FMI),** tendo em consideração os riscos prevaletentes da conjuntura doméstica e internacional nomeadamente, as calamidades naturais (seca e cheias) que afectaram as regiões centro e norte do país no início do ano, com impacto ao nível das cadeias de valor do sector produtivo (agronegócio, pecuária), a persistente tensão político-militar, a queda dos preços internacionais das principais mercadorias que o país exporta, atrasos no arranque das actividades dos projectos de gás natural na bacia do rovuma, arrefecimento do motor de crescimento nas economias de mercados emergentes (China, Brasil, Rússia, Índia).

Para 2016, o FMI reviu em baixa o crescimento da economia moçambicana de 8.2% para 6.5%. Segundo esta instituição da *bretton woods* as perspectivas no médio prazo permanecem positivas, mas, no curto prazo, Moçambique enfrenta choques externos associados à queda dos preços das *commodities* no mercado internacional e atrasos no arranque dos projectos de investimento de gás natural liquefeito (GNL). De acordo com o Standard Bank, as perspectivas de crescimento podem reduzir para níveis inferiores a 6%, em caso de se verificar um atraso no arranque dos projectos do gás. Em 2016 prevê-se que o banco central continue a intervir

nos mercados interbancários, através de adopção de medidas restritivas que assentam numa política monetária que visa conter a procura de moeda, incluindo a procura de divisas, por forma a assegurar o equilíbrio dos indicadores macroeconómicos.

O ano de 2016 aponta para um ciclo de mudança no ambiente macroeconómico.

É fundamental para a economia nacional que os resultados das decisões políticas se traduzam numa solução governativa estável para o país. O desenvolvimento da economia dependerá fundamentalmente: da governabilidade (fundamentada numa visão e num conceito estratégico nacional, em instituições robustas, na coesão social e na estabilidade política); do crescimento económico sustentável (requerendo estabilidade macroeconómica, sustentabilidade da dívida e uma estratégia de desenvolvimento que inclua reformas para melhorar o ambiente de negócios e, nomeadamente, do investimento); do fortalecimento do sector privado, com enfoque nas pequenas e médias empresas; das reformas estruturais na gestão das finanças públicas; do direccionamento de investimentos públicos em áreas sociais prioritárias para o desenvolvimento, nomeadamente a saúde, educação, infra-estruturas, água e saneamento; de um sistema financeiro estável e sólido com capacidade para financiar a economia e promover um crescimento inclusivo.

Conjuntura económica internacional

De acordo com o relatório do Banco Mundial "global economic prospects, january 2016" a economia mundial terá de adaptar-se a um novo período de crescimento mais modesto nos maiores mercados emergentes, devido aos baixos preços das matérias primas e diminuição do fluxos de capital e comércio. O pessimismo do Banco

Mundial é expresso nas suas projecções económicas que apontam para um crescimento global de 2,9% em 2016. Também para 2015, estima que a economia tenha crescido 2,4%, menos 0,4 pontos que as anteriores projecções. Estas revisões em baixa acabam por ser extensíveis a 2017, ano em que o crescimento global poderá apontar para os 3,1% menos 0,1 pontos que na projecção anterior. Segundo o relatório, são as economias desenvolvidas que sustentam o crescimento global. Os Estados Unidos, que terão crescido, segundo o Banco Mundial, 1,6% em 2015, poderão registar uma subida de 2,1% em 2016. A Zona Euro responderá por um crescimento de 2,7% em 2016 e de 2,5% em 2015.

O crescimento económico foi assim menos do que o esperado em 2015, o que o Banco Mundial justifica pelos preços das matérias-primas, mas também pelos fluxos de capitais e de comércio, bem como a volatilidade financeira. Para a China, o Banco Mundial projecta um crescimento de 6,7% em 2016, abaixo dos 6,9% que terá crescido em 2015 (ritmo de crescimento do PIB mais lento dos últimos 25 anos). A China terá um abrandamento da sua economia, enquanto a Rússia e o Brasil estarão em 2016 em recessão. O Brasil terá mesmo registado em 2015 uma diminuição da produção de riqueza em 3,7%.

O Banco Mundial acredita que a economia brasileira vai voltar ao crescimento em 2017. Nas suas projecções, o Banco Mundial diz mesmo que a estabilização económica na América Latina - depois de uma queda em 0,9% em 2015 - será consequência do que se passa no Brasil e Venezuela, países produtores de petróleo, afectados pelos preços desta matéria-prima. Na Rússia, a queda prevista é de 0,7% para 2016, o que se seguirá à contracção de 3,8% em 2015.

Impactos da depreciação do Metical na economia

Globalmente a depreciação da moeda nacional deriva de factores domésticos e externos, entre quais podemos citar o fortalecimento do Dólar no mercado mundial, redução das receitas de exportação que reflectem o baixo preço das *commodities* no mercado internacional. Em 2015 o país não beneficiou de entradas de impostos de mais valias, redução da ajuda externa dos parceiros de cooperação, abrandamento do investimento directo estrangeiro e a tensão política continuam a pressionar o Metical. Os impactos directos a nível macro podem ser: aumento do custo de vida (resultante da subida de preços-inflação) o que pode fomentar a instabilidade social (greves, tumultos), agravamento do serviço da dívida externa com efeito nas contas públicas, desgaste das reservas internacionais líquidas (resultante da redução da ajuda externa e fraca disponibilidade de divisas no mercado), aumento do défice da balança de pagamentos, adopção de medidas de política monetária restritiva e ajuste fiscal, descongelamento de preços (corte de subsídios - por exemplo no trigo, transportes públicos). A nível micro os impactos esperados seriam os seguintes: prejudica o ambiente de negócios (encarece os custos de importação, influencia o aumento das taxas de juro no mercado dificultando o acesso ao crédito), diminui o poder de compra das famílias, redução do consumo privado, contração do investimento empresarial, especulação de preços no mercado, afecta negativamente a rentabilidade económica da actividade empresarial, etc.

Impactos da depreciação do metical na actividade das instituições financeiras

Ao nível da actividade das instituições financeiras nacionais o efeito da depreciação do metical contribui para a derrapagem de custos orçamentais, aumento do risco cambial que surge quando a instituição financeira incorre em perdas financeiras resultante da alteração de valores contabilísticos das posições da carteira (risco de conversão),

variações do preço das moedas estrangeiras (risco de transacção), alterações da posição competitiva da instituição (risco económico), diminuição dos limites de posição cambial por moeda estrangeira o que afecta os resultados financeiros das instituições, e por outro lado, a menor disponibilidade de divisas no mercado cambial está a exercer maior pressão ao sistema bancário para atender



as necessidades de importação de bens e combustíveis do país. É uma perturbação conjuntural que resulta do desfazamento entre a oferta e procura de moeda estrangeira no mercado.

Medidas que podem ser adoptadas para conter a depreciação da moeda e

controle da inflação

Apostar no fortalecimento da indústria nacional, aumento da produção interna e produtividade agrícola, permitindo a substituição das importações por exportações. Diversificar as fontes de rendimento na economia, assegurar a estabilidade macroeconómica como

estímulo a atracção de investimento directo estrangeiro, canalizar o investimento em sectores produtivos principalmente na agricultura industrial e no sector familiar na produção de produtos alimentares destinados ao consumo doméstico e exportação, prestação de serviços (portos, turismo e corredores de desenvolvimento) para que a economia nacional esteja menos dependente da ajuda externa. A estabilização da moeda penso que poderá reflectir-se a médio e longo prazo com início das exportações do gás previsto para 2020, ou poderá acontecer antes se forem tomadas medidas de estímulos económicos para revitalizar a indústria ou outras áreas de potencial económico por forma a dinamizar as exportações nacionais. O que temos observado internamente é um realinhamento do valor real do Metical na economia, atendendo a conjuntura internacional desfavorável que aponta para o abrandamento do crescimento económico global devido a paulatina desaceleração das economias emergentes, e a significativa queda dos preços das

principais *commodities* no mercado internacional (*World Economic Outlook – FMI, October 2015*).

Revisão em alta das Taxas de Juro de referência do Banco de Moçambique

As recentes medidas de reajuste monetário surgem em momento oportuno e são necessárias face a actual conjuntura económica, os riscos prevaletentes e perspectivas de inflação para o ano 2016 apontam para um nível superior a média dos últimos três anos. Atendendo aos sinais de alerta que apontam para a subida de preços em 2016 (inflação superior a 5%), o banco central decidiu inverter o ciclo de política monetária tendo efectuado revisões em alta nas taxas de juro directoras, nomeadamente na Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 9.75% e 3.75% respectivamente, e aumentou o coeficiente de reservas obrigatórias para 10,5%. Estas medidas não surpreenderam, atendendo a forte aceleração da taxa de inflação em Outubro e Novembro de 2015, para além da necessidade de proteger as reservas internacionais e conter a volatilidade do Metical. O ajustamento das taxas directoras transmitem um sinal claro de inversão da política monetária do banco central com o objectivo de conter a procura por moeda, incluindo a procura por divisas, de modo a manter estável a circulação monetária para evitar o aumento de preços. O banco central ao intervir no mercado interbancário pretende regular a circulação de dinheiro, aumentando as reservas mínimas dos bancos comerciais, retirando deste modo o excesso de liquidez no mercado.

Taxas de Juro no Mercado de Crédito

A actividade bancária centra-se fundamentalmente na intermediação financeira que consiste na captação de poupanças e concessão de crédito. Portanto é de todo o interesse os bancos continuarem a conceder crédito à economia para garantir a rentabilidade e crescimento sustentável. A taxa de juro de um empréstimo bancário depende fundamentalmente das seguintes variáveis: o custo de *funding* (custo de captação de recursos no mercado), o custo de capital, o risco do crédito e custos administrativos. A combinação destas variáveis contribuem para fixação do preço final do empréstimo a conceder pelos bancos. As taxas de juro poderão reduzir no mercado de crédito se os mutuários apresentarem projectos ou operações de risco aceitável, permitindo os bancos

concederem o crédito de forma segura.

Como já é do conhecimento geral, o sector empresarial moçambicano enfrenta dificuldades no acesso ao crédito, devido essencialmente as elevadas taxas de juro no mercado, a falta de contabilidade organizada, insuficiência de garantias, fraca capacidade de gestão, debilidades na estruturação de planos de negócio. Estes aspectos contribuem para o agravamento do risco de crédito, facto que se reflecte no aumento do preço do empréstimo (taxa de juro) por forma a compensar as perdas esperadas (imparidades). É necessário também acompanharmos a trajectória do crédito mal parado no sistema bancário nacional que tem vindo a evoluir progressivamente, facto que coloca as instituições de crédito numa posição de alerta e reforço das suas políticas de avaliação de risco.

Como colmatar esta problemática de elevadas taxas de juro no mercado, diria que o essencial é estimular o aumento da concorrência ao nível dos bancos comerciais, diversificar as fontes de financiamento à economia (por exemplo, o recurso de financiamento via mercado de capitais, sociedades de capital de risco, sociedades de garantia mútua), promover a educação financeira ao nível das empresas e particulares, reduzir as assimetrias de informação através de novas plataformas de análise de risco (por exemplo, as centrais privadas de registo de crédito), criar mecanismos de financiamento assente no acordo de partilha de risco, recorrer a fundos de garantia, permitindo a banca comercial conceder o crédito em condições mais acessíveis em termos de *pricing* prazo de reembolso. Creio que estas seriam as soluções alternativas para atenuadas elevadas taxas de juro no mercado de crédito.

Principais barreiras para os bancos expandirem as suas actividades ao longo do país, em particular nas zonas rurais

A indisponibilidade de um conjunto de infra-estruturas económicas básicas, como estradas asfaltadas, saneamento básico, electricidade e serviços de telecomunicações de boa qualidade em alguns locais, e o fraco potencial económico, caracterizado por uma presença reduzida de unidades empresariais, pouca actividade económica geradora de rendimento e baixa densidade demográfica, principalmente nas zonas rurais,

constituem os maiores obstáculos à expansão da oferta dos serviços financeiros no país. Os custos de transacção também representam outro obstáculo para os bancos expandirem as suas actividades financeiras para as zonas rurais. É necessário entender que para os bancos, o custo de lidar com transacções de pequenos montantes em locais com pouca actividade económica e menor densidade populacional é elevado, o que torna inviável a instalação de agências bancárias tradicionais em alguns locais.

Principais causas que contribuem para o aumento do crédito mal parado, que mecanismos a banca está a adoptar para contornar esta situação

Primeiramente é fundamental perceber que o crédito mal parado origina de diferentes factores tais como económicos, sociais e políticos. De acordo com os dados publicados pelo INE, a actividade económica desacelerou no primeiro e segundo trimestre de 2015, facto que se reflecte no fraco desempenho da actividade empresarial e no sector produtivo. O abrandamento gradual do nível de empregabilidade nos mega projectos (corte de custos com pessoal), a fraca estrutura financeira empresarial, as dificuldades de gestão de tesouraria (atraso de recebimentos de facturas), a depreciação do metical que afecta a rentabilidade dos negócios (encarece os custos de produção), a tensão político-militar podem estar na vanguarda dos riscos enfrentados pelo sector. A banca tem estado a acompanhar e a monitorar os sinais de alerta de risco deste indicador.

O crédito com incumprimento afecta negativamente os resultados das instituições financeiras, em termos de balanço, consumo de capital, afectação de provisões (P&L). Para colmatar esta situação os bancos têm estado a introduzir novas políticas, procedimentos, modelos de avaliação (comportamentais, cobranças), metodologias e técnicas de mitigação para protecção do risco de crédito. Estas acções estratégicas visam reforçar o ambiente de controle e prevenção do risco de modo a evitar o incumprimento financeiro dos mutuários (*default risk*). Além disso torna-se necessário que as

BM preocupado com a inflação em 2016



No seu discurso, o Governador referiu que o BM continuará empenhado no seu principal objectivo, que é o de assegurar uma inflação baixa e estável, por esta ser a via através da qual nos tornamos mais competitivos na atracção de novos investimentos, para além de permitir preservar o poder de compra das famílias com menores rendimentos, contribuindo, assim, para o combate à pobreza.

De acordo com o Governador, a conjuntura actual continua sendo de grandes desafios para as instituições e a busca de soluções para os mesmos obriga-nos a estar atentos às novas dinâmicas dos mercados internos e internacionais e a uma permanente troca de informações que nos permita enfrentar coordenadamente os choques e riscos que prevalecem. Ainda neste âmbito afirmou que as circunstâncias que se tem enfrentado não são apenas momentâneas, espelham, em muitos casos aspectos estruturais de médio e longo prazo que precisam de ser adequadamente tratados.

No balanço Preliminar do ano Económico 2015 e das Perspectivas para 2016, apresentado no dia 16 de Dezembro de 2015, o Governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove afirmou que, após anos sucessivos em que os fundamentos económicos sustentaram uma apreciável estabilidade macroeconómica, no presente ano, o agravamento de adversidades na conjuntura internacional, sobrepostas a debilidades da conjuntura doméstica, fazem com que alguns indicadores macroeconómicos, tais como a inflação e a taxa de câmbio, se situem acima das previsões iniciais.

Falando sobre a oscilação da taxa de câmbio, o timoneiro do Banco Central explicou que, depois de se ter fechado o ano de 2014 com o Dólar cotado no mercado cambial interbancário em 31,60 MT, dados do dia 15 de Dezembro de 2015 apontam para um câmbio de 48.30 MT/USD, o que, em termos acumulados, corresponde a uma depreciação do Metical de 47%.

Ainda sobre a oscilação da taxa de câmbio, o Governador foi mais longe e explicou que a volatilidade desta não é exclusiva da economia moçambicana. Com efeito, ela generaliza-se a todas as economias do mundo, desde

economias desenvolvidas, de mercado emergentes e economias em desenvolvimento.

Na sua alocução, o Governador falou sobre as medidas restritivas, efectuadas pelo BM, como forma de conter a procura da moeda, incluindo a procura por divisas. Daí que a partir de Outubro, do ano corrente, procedeu-se à revisão em alta nas taxas directoras do Banco de Moçambique, colocando a taxa das Facilidades Permanentes de Cedência e de Depósitos em 9.75% e 3.75% respectivamente, e do Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 10.5%.



Rede SIMO já funciona em Moçambique

Já é uma realidade no país a implementação da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), projecto lançado em Junho de 2011, com o objectivo de reduzir os custos de transações financeiras, através de um programa tecnológico de unificação do sistema electrónico dos bancos comerciais, microfinanças e de microcrédito.

Estabelecido com um atraso de cerca de cinco anos, este sistema permite que os utentes das diferentes instituições financeiras nacionais partilhem os terminais electrónicos de pagamento, nomeadamente, máquinas automáticas de pagamento, vulgo ATM's, e POS's, sem nenhum custo para os seus bolsos.

Para além de poder usar as ATM's e POS's e as demais transações efectuadas via Internet e telemóveis em qualquer banco integrado na SIMO, os clientes receberão um cartão doméstico (para uso em território nacional) e outro com pelo menos uma rede internacional para operações no estrangeiro.

“O cliente que apenas precise de cartão para uso doméstico não será obrigado a possuir outro cuja compensação possa ser feita fora do país como são os casos de cartões Visa ou Master Card”, indicou o governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove aquando da assinatura da escritura da SIMO.

Dados em nosso poder indicam que o Moza Banco e o Standard Bank já dispõem de cartões SIMO para distribuição pelos respectivos clientes e espera-se que os outros bancos



ligados a esta rede procedam de igual modo muito em breve.

Para além da vantagem orientada para os clientes, no sentido destes poderem utilizar indistintamente os meios de pagamento, este mecanismo deverá contribuir para uma melhor distribuição sobretudo das ATM's, pois, com o cartão SIMO será possível realizar operações na ATM que estiver disponível, independentemente do banco.

Por esta via, conforme foi revelado quando do lançamento desta iniciativa, deixará de haver enchentes em alguns bancos ou pontos de ATM em detrimentos de outros.

Para os bancos comerciais, prevê-se ganhos que vão desde uma maior

eficiência na prestação de serviços e racionalização dos custos, porque passam a estar servidos por uma rede comum de acesso universal para a satisfação dos clientes domésticos e dos que viajam para além fronteiras.

Na época em que esta iniciativa foi apresentada, em Junho de 2011, Ernesto Gove sublinhou que a mesma terá um papel impulsionador para a bancarização da economia através da massificação da utilização dos instrumentos de pagamento electrónicos alternativos ao numerário, contribuindo para a melhoria das condições de prestação de serviços a nível nacional.

AMB promove seminário avançado em Basileia II



A Associação Moçambicana de Bancos (AMB), em parceria com a Accenture e o Instituto de Formação Bancária, promoveu de 21 a 23 de Outubro de 2015, um Seminário Avançado em Basileia II, destinado aos Técnicos Bancários que puderam actualizar e consolidar os seus conhecimentos.

O Seminário Avançado em Basileia II tinha como objectivos compreender o processo de implementação Basileia II, identificar e avaliar os principais riscos da actividade bancária, desenvolver uma cultura baseada em risco e conhecer as melhores práticas de gestão de risco e adequação de capital.

A organização do seminário deveu-se aos problemas globais da actualidade que provocam profundas alterações no sector bancário, nomeadamente, escassez de liquidez, elevada morosidade, grandes bancos com prejuízos, necessidade de intervenções do Estado, falência de algumas entidades assim como a absorção de outras, acompanhado de uma crise de confiança no sistema.

Neste contexto a Gestão de Risco ganhou relevância e converteu-se numa área crítica para qualquer entidade que queira sobreviver e ter êxito face às fortes turbulências financeiras. De acordo com as boas práticas, não basta identificar os riscos associados a uma determinada operação, é necessário quantificá-la e decidir em função de critérios de Rentabilidade-Risco.

Para a AMB, conhecer as principais metodologias e modelos que potenciam a gestão dos diferentes tipos de riscos bancários não é suficiente, mas é necessário para criar valor de forma sustentada para o

accionista.

De forma a preparar o Sistema Bancário Moçambicano para a globalização e para o cumprimento dos requisitos internacionais em matérias de Gestão de Risco e Capital, exige conhecer a Regulamentação de Basileia. É assim

que a AMB organizou o Seminário Avançado de Basileia II que teve por finalidade assegurar aos participantes o desenvolvimento das principais competências na identificação, avaliação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco, bem como a aprofundar o conhecimento da nova regulamentação de Basileia II.

O seminário que contou com a facilitação de gestores financeiros da empresa Accenture, nomeadamente, Vladimiro Oliveira e Carlos Silva António, abordou temas como Directrizes de Gestão de Risco na Banca, Avaliação de Riscos, Processo de Auto-Avaliação de Adequação do Capital Interno e Abordagem ao Programa de Basileia II.

Comentários de alguns participantes

Gostei muito da formação e foi muito interactiva e interessante, contrariamente a expectativa que eu tinha. Gostaria que tivéssemos aprofundado alguns temas, nomeadamente, riscos não financeiros, mas também deixei esta sugestão para quem organizou e deu a formação.



Paula Carvalho Moza

A formação foi interessante e oportuna porque trata-se dum tema novo o qual as instituições financeiras do país tem pouca experiência.



T Dimande

Achei muito interessante porque abordamos temas que realmente estão na mó de cima. Estamos a falar do Basileia II que estamos na fase de implementação e é um desafio para os bancos nacionais. Agradecemos a

AMB e esperamos que esta iniciativa não termine por aqui.



Horácio Matola BNI

A formação foi interessante e oportuna porque trata-se dum tema novo o qual as instituições financeiras do país tem pouca experiência.



Hélio Chivambo BCI

A iniciativa foi muito boa, mas acho que temos que fazer mais formações. Agora o que temos a fazer é a troca de informações e partilha de experiências entre os bancos. Acho que isso é muito positivo.



Manuela Silva Banco Único

Segundo o Banco Mundial:

Moçambique com níveis baixos de Protecção do Consumidor e Literacia Financeira

O Banco Mundial concluiu que em Moçambique os níveis de literacia financeira são baixos e que é muito limitado o conhecimento sobre os produtos de seguros, pensões e valores mobiliários. Embora existiam iniciativas transversais no âmbito da literacia financeira, para melhoria desta área o Banco Mundial recomenda o asseguramento de existência de consultas e coordenação entre os actores relevantes para a formulação e implementação das estratégias e programas de literacia financeira.

Um estudo do Banco Mundial e apresentado em Maputo no dia 20 de Novembro de 2015, faz um diagnóstico da Protecção do Consumidor e Literacia Financeira em Moçambique e refere que os níveis de literacia financeira são baixos e é muito limitado o conhecimento sobre os produtos de seguro, pensões e valores mobiliários.

No que tange ao quadro jurídico e regulador, transparência e divulgação, o mesmo estudo refere que existem diversas entidades que presentemente abordam a questão de literacia financeira em Moçambique, incluindo através da proposta de Estratégia Nacional de Inclusão Financeira e que o Instituto de Segurança Social tem também uma nova Estratégia de Educação Financeira (2014 – 2018) para as seguradoras e está em processo de desenvolver programas para a implementação da estratégia.

Para inverter estes cenários, o Banco Mundial recomenda que se assegure a existência de consultas e coordenação entre os actores relevantes para a formulação e implementação das estratégias e programas de literacia financeira e se desenvolva programas específicos de desta matéria para os sectores dos seguros, pensões e valores mobiliários.

O Diagnóstico da protecção do consumidor e literacia financeira em Moçambique avaliou as áreas de Seguro, Pensões Privadas e valores Mobiliários tendo feito uma comparação sobre a protecção do consumidor financeiro a nível Internacional e nacional.



Para o Banco Mundial, a protecção do consumidor e da literacia financeira é crucial para o aumento do acesso responsável aos serviços financeiros ao mesmo tempo que assegura que o acesso mais alargado beneficia a economia e os consumidores.

O Banco Mundial entende que um quadro da protecção do consumidor e literacia financeira forte, que equilibra de forma apropriada os riscos para os consumidores e os custos de cumprimento ao mesmo tempo que encoraja a inovação, protege os consumidores contra possíveis abusos do mercado, beneficia aos consumidores das decisões financeiras, encoraja a concorrência e assegura maior confiança no sector financeiro, forjando a inclusão financeira.

A importância da protecção do consumidor e da literacia financeira ganham relevo porque vive-se num ambiente em que os produtos financeiros são cada vez

mais complexos como o dinheiro electrónico, micro-seguro e seguro de vida. Existem novos canais de fornecimento de serviços, electronicamente e através de telemóveis, cartões *smart* e PCs redes de agentes usando as telecomunicações como provedores de serviços.

No contexto global, o estudo analisou os regulamentos financeiros de 114 países no período de 2010 a 2013 e, quanto à protecção do consumidor, verificou o quadro jurídico, mecanismos institucionais, requisitos de divulgação, tratamento justo, empréstimo responsável e resolução de disputas e recurso, e quanto à literacia financeira analisou actividades implementadas e responsabilidade e mecanismos institucionais relativas à educação/ capacidade financeira.

Baixo investimento abranda o crescimento em Moçambique

A Eaglestone, empresa de consultoria, citada pelo jornal "Notícias" na sua edição do dia 5 de Janeiro de 2016, considera que a descida do preço das matérias-primas, nomeadamente, alumínio e carvão e a redução do investimento directo estrangeiro vão impedir Moçambique de manter taxas de crescimento acima de 7 por cento, nos próximos anos.

"Moçambique está a enfrentar dificuldades económicas que vão provavelmente impedir que o crescimento económico se mantenha ao mesmo ritmo da década passada (7,4 por cento em média)", explica a consultora Eaglestone, considerando que estas dificuldades incluem "uma forte queda dos preços das matérias-primas, nomeadamente alumínio e carvão (a maior exportação do país), e a redução do investimento directo estrangeiro no país".

Num relatório sobre a economia moçambicana, e a que a Lusa teve

acesso, os analistas desta consultora com escritórios em Lisboa, Londres, Luanda, Maputo, Cidade do Cabo, Amsterdão e Joanesburgo, afirmam que, ainda assim, as perspectivas de evolução de Moçambique são positivas.

"A perspectiva de longo prazo para Moçambique continua positiva principalmente devido aos projectos de gás natural, que deverão começar no final da década", dizem os analistas, lembrando as notícias recentes que dão conta de investimentos na ordem dos 30 mil milhões de dólares, quase o dobro de toda a riqueza do país.

O abrandamento económico de 7,2% em 2014 para 6 a 6,5% neste e no próximo ano, resultante da descida do preço das matérias-primas e do abrandamento do investimento directo estrangeiro, é, ainda assim, superior à média da África Subsahariana, que deverá ver a sua economia expandir-se, em média, 4,1%, de acordo com os números do Fundo Monetário Internacional.

As finanças públicas, afectadas pela

redução da receita e pela forte desvalorização do metical, deverão registar um défice de 7,5% este ano, segundo a previsão do Governo, que antevê um crescimento do PIB de 7% em 2016 e uma inflação a rondar os 5,6%, menos de metade do valor que regista no final deste ano (13% em Dezembro).

"Apesar de o Governo ainda planear financiar a maioria das suas despesas através de receitas fiscais (58%), é preciso notar que os níveis da dívida pública devem aumentar significativamente face aos valores recentes", dizem os analistas da Eaglestone.

"Em particular, a dívida externa deve chegar aos 65,7 por cento do PIB este ano e 58,3 por cento em 2016, muito mais alta que os 41,6 por cento de 2014", acrescentam, concluindo que as preocupações com a dívida estiveram na base das descidas de 'rating' que Moçambique enfrentou em 2015.

Criada Associação de Jornalistas Económicos

Foi, publicamente, lançada, na sede do Sindicato Nacional de Jornalistas em Maputo, no dia 20 de Novembro de 2015, a Associação de Jornalistas Económicos de Moçambique (AJECOM), cujo objectivo é a promoção da análise e do debate da realidade económica e social em Moçambique, o fomento do estudo, do debate e a divulgação das ciências económica e o fomento da introdução de uma cadeira de jornalismo económico nos cursos do jornalismo.

Para a concretização destes objectivos, AJECOM tem como actividades a realizar, entre outras, a promoção de acções de formação, debates, seminários, palestras, conferências, entre outros eventos, que conduzam à melhoria das habilidades profissionais dos membros, estabelecimento de

parceria entre a AJECOM e instituições de ensino e investigação, no campo da economia no país e no estrangeiro, estabelecer parcerias com entidades público-privadas, cujas actividades e/ou atribuições possam contribuir para a materialização dos seus objectivos e a criação, institucionalização e distribuição de galardões e

prémios.

A cerimónia foi testemunhada pelo Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane e contou ainda com a participação, para além dos jornalistas membros associados, representantes de Banco Comerciais.



Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças intervindo no momento de apresentação formal da AJECOM, ladeado pelo Leonel Matias (à direita) Presidente da AJECOM e pelo Eduardo Constantino (à esquerda), Secretário do Sindicato Nacional de Jornalistas.

www.amb.co.mz



Ficha técnica

AMBNewsLetter: Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo nº.03/GABINFO-DEC/2015; Edição nº 05, Outubro - Dezembro de 2015; **Coordenador Editorial:** José Mussane; **Revisão:** Anastácia Rosária. **Redacção, Fotografias e Maquetização:** B. M. Chabualo; **Análise Económica:** Oldemiro Belchior; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita. Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330. E-mail: ambancos@teledata.mz
www.amb.co.mz;

Maputo - Moçambique